

SOUSA, Antônio de

* gov. RN 1907-1908; sen. RN 1908-1920; gov. RN 1920-1924.

Antônio José de Melo e Sousa Filho nasceu no engenho Capió em Papari, hoje Nísia Floresta (RN), no dia 24 de dezembro de 1867, filho de Antônio José de Melo e Sousa e de Maria Emília Seabra de Melo e Sousa.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1889. Em seguida foi nomeado promotor de justiça na comarca de Goianinha (RN), e aí permaneceu de 1890 a 1892.

Foi candidato derrotado ao Congresso Constituinte estadual de 1891 na chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Ao lado de Pedro Velho, passou então a trabalhar pela deposição do governador eleito Miguel Joaquim de Almeida Castro. Após a derrubada de Miguel Castro em 28 de novembro de 1891, foi eleito deputado ao Congresso Constituinte estadual de 1892, que elegeu Pedro Velho governador do estado (1892-1896). Entre 1892 e 1895 ocupou o cargo de diretor geral de Instrução Pública. Em 1895 tornou-se procurador da República no Rio Grande do Norte, mantendo o posto no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900). Em 1899 foi nomeado secretário de Governo, passando em 1900 a procurador geral, com assento no Superior Tribunal de Justiça.

Em 23 de fevereiro de 1907, foi eleito governador em substituição a Manuel Moreira Dias, que por sua vez, como vice-governador, substituíra o titular Augusto Tavares de Lira, cujo quadriênio acabava em 25 de março de 1908. Nesse período foi promulgada nova Constituição para o estado, em que se ampliava o mandato do governador de quatro para seis anos. Após passar o governo para Alberto Maranhão (1908-1914), foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano, ocupando a vaga deixada pelo senador Pedro Velho, falecido em 1907. Foi reeleito em 1915 e participou das comissões de Saúde Pública, de Estatística e Colonização, de Instrução Pública e de Redação de Leis.

Em 1920 renunciou ao Senado para eleger-se governador do Rio Grande do Norte com o apoio de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920), que havia desmontado todo o aparato que permitira aos “pedrovelhistas” dominar a cena política do estado. Por sua vez, Ferreira

Chaves elegeu-se senador em seu lugar. Seu governo concentrou-se nas áreas da educação e saúde pública. Na área da educação, construiu 54 escolas primárias, cuidando de espalhá-las por todo o território do Rio Grande do Norte. Criou uma Escola Normal Primária na cidade de Mossoró para melhorar a qualidade dos professores. Construiu o primeiro grupo escolar do estado. Criou também na capital uma Escola Profissional, organizou a Escola de Farmácia, primeiro estabelecimento de ensino superior no estado, e criou uma Escola Elementar de Agricultura e Agronomia. Segundo Itamar de Souza, multiplicou por cinco as matrículas no ensino primário e por seis a frequência.

Na área da saúde, reformou os serviços de Higiene e Saúde Pública. Criou o Serviço de Profilaxia das Moléstias Venéreas e o Serviço de Profilaxia Rural. Instalou em Natal um laboratório destinado a análises hospitalares, ao preparo de soros, vacinas e substâncias injetáveis. Dotou a Repartição de Higiene e Saúde Pública de um necrotério aparelhado para fazer autópsias. Construiu também um Posto Antiofídico. Passou ainda a destinar cinco por cento de toda a renda ordinária do estado para a construção de obras contra os efeitos da seca, a chamada “Caixa das Secas”.

Em 1923 tentou fazer de Elói Castriciano de Sousa seu sucessor, mas sua indicação foi preterida em favor de Joaquim Ferreira Chaves, que apresentou pela terceira vez sua candidatura ao governo. A iniciativa foi barrada, porém, pela chamada “facção do Seridó”, que, reorganizada pelos deputados federais Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, e apoiada pelo presidente da República Artur Bernardes, destituiu Ferreira Chaves da chefia do partido, indicando José Augusto para governador.

Após passar o governo José Augusto em 1º de janeiro de 1924, foi nomeado consultor jurídico do estado, cargo no qual se aposentaria em 1935. Após a Revolução de 1930 foi secretário geral do estado na interventoria de Herculino Cascardo, ocupando o governo na renúncia deste em 12 de janeiro de 1932 e assumindo ainda a administração do estado de 5 de fevereiro de 1932 a 11 de junho de 1932, até a chegada do interventor Bertino Dutra da Silva. Foi também secretário geral do estado na interventoria de Mário Leopoldo Pereira da Câmara, de 1933 a 1935, cobrindo diversas interinidades.

Além de político, Antônio de Sousa foi escritor, jornalista e intelectual. Publicou diversos romances e contos sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, e várias de suas obras, como *Flor do sertão* (1928), *Gizinha* (1930) e *Alma bravia* (1934) foram reconhecidas pela

crítica de seu tempo. Pelo menos um de seus contos, *Um depósito de coisa fungível*, mereceu, depois de sua morte, divulgação nacional numa coletânea da editora Civilização Brasileira que reunia textos escolhidos de autores brasileiros. Publicou ainda *Sertaneja* (1899); *Apontamentos e documentos* (1902); *Explicações elementares sobre a Constituição Política do Rio Grande do Norte* (1909); *Encontros do caminho* (1936); *Os moluscos* (1938); *Jornal de vila* (1939); *Gente arrancada* (1941) e *Dois Recifes* (1945). Foi publicado como obra póstuma *Quase romance... quase memória* (1969).

Como jornalista, foi durante longo tempo colaborador do jornal *A República*, onde manteve, inclusive, uma coluna em francês chamada “Minuderies”. Foi também redator de *A República* de 1891 até 1894, no período crucial para a consolidação no poder do grupo organizado em torno de Pedro Velho, do qual o periódico servia de porta-voz. Retornou ao posto de redator de *A República* de 1899 até o ano de 1907, quando, entre outras colaborações, dedicou-se a uma intensa polêmica a respeito da “educação da mulher” sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, contra as opiniões manifestadas então no *Diário de Natal*. Foi ainda fundador e redator da *Revista do Rio Grande do Norte*, dedicada à literatura, órgão do Grêmio Polimático entre 1898 e 1900.

Como intelectual, foi um dos fundadores do Grêmio Polimático em 1897, associação literária da qual foi presidente. O grêmio reuniu então intelectuais como Augusto Tavares de Lira, Auta de Sousa e Henrique Castriciano. Como diretor de Instrução Pública, em 1892, foi o responsável pela reativação da Biblioteca do Ateneu, colégio público de Natal, e mais tarde pela sua elevação à condição de Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Foi ainda o descobridor do violonista Henrique Brito e o grande responsável pela divulgação e pelo reconhecimento público da poetisa Auta de Sousa. No caso de Henrique Brito, quando era governador do estado reconheceu o talento do violonista e destinou-lhe uma bolsa de estudos para que aprimorasse seus conhecimentos musicais no Rio de Janeiro. Nessa cidade, Henrique Brito viria a se tornar parceiro de Braguinha, Noel Rosa e Almirante, e um dos fundadores do Bando dos Tangarás. No caso de Auta de Sousa, foi o seu primeiro editor, publicando o livro *Horto* pela gráfica do jornal *A República*, e cancelando-o por meio da indicação de editoria da Biblioteca do Grêmio Polimático. Foi também o primeiro crítico de Auta de Sousa, exaltando seu merecimento literário por meio das páginas de *A República*. Finalmente, foi sócio-fundador do Instituto Histórico e

Geográfico do Rio Grande do Norte e também criador da revista do Instituto.

Faleceu em Recife em 6 de julho de 1955.

Não se casou.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; FERNANDES, L. *Imprensa*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Conto*; MÁXIMO, J. *Noel Rosa*; ONOFRE JÚNIOR, M. *Salvados*; SOARES, A. *Dicionário*; SOUZA, I. *República Velha*.